



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO TERRITORIAL SALVADOR

Rua Frederico Simões, 125/Sala 802, Caminho das Árvores - Salvador - CEP 41820-774

Telefone: (61) 2028 9856

Estudo Técnico Preliminar

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) está registrado no Portal de Compras do Governo Federal e no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

36

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), espécie endêmica do bioma Caatinga, classificada como Criticamente em Perigo (CR) no Brasil e Extinta na Natureza (EW) em avaliação global, encontra-se sob grave ameaça sanitária em decorrência da detecção do circovírus, agente etiológico da Doença do Bico e das Penas dos Psitacídeos (PBFD), em indivíduos inseridos no programa de reintrodução conduzido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

2.2. A enfermidade foi confirmada no município de Curaçá/BA, atingindo espécimes oriundos do Criadouro Ararinha Azul, localizado no Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Ararinha-azul, incluindo indivíduos destinados à soltura e exemplar nascido em ambiente natural. Esse cenário evidencia risco concreto de disseminação do patógeno no ambiente silvestre, considerando tratar-se de vírus de elevada resistência ambiental e alta transmissibilidade, com potencial de impactar não apenas os esforços de reintrodução da espécie, mas também outras populações de aves da região.

2.3. Em resposta à gravidade da situação, foi instaurado o Posto de Comando da Emergência Circovírus em Psitacídeos, com mobilização de equipes técnicas especializadas e articulação interinstitucional, inclusive com órgãos de segurança pública, visando à implementação de medidas emergenciais de vigilância, controle sanitário, captura, isolamento e manejo dos indivíduos potencialmente expostos.

2.4. No âmbito dessas ações, o Centro de Conservação e Manejo da Fauna da Caatinga - CEMAFAUNA, localizado em Petrolina/PE, foi designado como estrutura de apoio para recepção e manejo de indivíduos não infectados, destacando-se como alternativa adequada em razão de sua capacidade instalada e experiência no manejo de fauna silvestre. Tal estrutura é fundamental para viabilizar a adoção de medidas de contenção, monitoramento e biossegurança em ambiente controlado.

2.5. A evolução do quadro sanitário exige resposta célere e estruturada, especialmente para viabilizar a captura dos indivíduos em vida livre, a realização de exames clínicos e laboratoriais e a manutenção dos espécimes em ambiente controlado e seguro.

2.6. Para tanto, torna-se necessária a disponibilização de equipe técnica qualificada, composta por médicos veterinários e tratadores de animais silvestres, aptos a executar atividades essenciais como manejo, contenção, triagem clínica, coleta de material biológico, alimentação controlada e monitoramento sanitário.

2.7. A adequada execução dessas atividades é condição indispensável para a eficácia das medidas de contenção epidemiológica. A insuficiência de suporte técnico ou a execução inadequada dos procedimentos eleva significativamente o risco de disseminação do vírus, podendo agravar o cenário sanitário e gerar impactos irreversíveis sobre a conservação da espécie.

2.8. Adicionalmente, a complexidade das ações requer a organização de fluxos operacionais

específicos e a observância rigorosa de protocolos de biossegurança, com vistas a evitar contaminação cruzada entre indivíduos, ambientes e equipes envolvidas, garantindo maior segurança sanitária e efetividade das medidas adotadas.

• **Modelo de Execução e Justificativa da Terceirização**

2.9. A execução indireta por empresa especializada mostra-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico e operacional, permitindo à Administração assegurar a disponibilidade de profissionais qualificados para atendimento das demandas específicas, com maior flexibilidade e eficiência na mobilização das equipes.

2.10. A solução adotada está em consonância com o modelo de descentralização administrativa previsto no Decreto-Lei nº 200/1967 e com as normas aplicáveis à contratação de serviços no âmbito da Administração Pública Federal, não envolvendo atividades típicas de Estado nem atribuições de caráter decisório ou institucional.

• **Planejamento da Contratação (Alinhamento ao PCA)**

2.11. A demanda encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) do ICMBio, inserindo-se no conjunto de ações voltadas à conservação da fauna silvestre e à gestão de riscos sanitários.

2.12. A situação emergencial em curso reforça a necessidade e a priorização da contratação, sem prejuízo de sua aderência ao planejamento institucional previamente estabelecido.

• **Forma de Contratação e Enquadramento Legal**

2.13. A contratação será realizada preferencialmente por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório.

2.14. Sem prejuízo disso, caso devidamente caracterizada situação de urgência que possa comprometer a segurança dos animais ou a efetividade das ações de controle sanitário, poderá ser avaliada a adoção de hipótese de contratação direta, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, mediante a devida justificativa técnica e jurídica.

• **Estimativa Preliminar de Custos**

2.15. A estimativa preliminar do valor da contratação foi elaborada por meio de procedimento simplificado, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022 e orientações do Portal de Compras do Governo Federal, considerando parâmetros de mercado para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

2.16. Ainda, observa-se a conformidade com as Instruções Normativas SEGES/MP nº 5/2017, SEGES/ME nº 58/2022, SEGES/ME nº 65/2021, SEGES/ME nº 98/2022, Portaria MPDG nº 443/2018 e com o Decreto nº 10.947/2022, que orientam a contratação de serviços continuados e a observância de critérios de sustentabilidade e eficiência.

Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

"Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

[...]

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução."

Portaria MPDG n.º 443, de 27 de dezembro de 2018.

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

[...]

III - atividades técnicas auxiliares de arquivo e biblioteconomia;

[...]

V - carregamento e descarregamento de materiais e equipamentos;

[...]

XI - geomensuração;
XII - georeferenciamento;
[...]
XVIII - recepção, incluindo recepcionistas com habilidade de se comunicar na Linguagem Brasileira de Sinais - Libras;
[...]
XX - secretariado, incluindo o secretariado executivo;
[...]
XXII - serviços de escritório e atividades auxiliares de apoio à gestão de documentação, incluindo manuseio, digitação ou digitalização de documentos e a tramitação de processos em meios físicos ou eletrônicos (sistemas de protocolo eletrônico);
[...]
Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto n.º 9.507, de 2018."

2.17. Diante do exposto, a contratação pretendida mostra-se necessária para viabilizar a execução adequada das ações de controle sanitário e manejo da ararinha-azul, contribuindo para a mitigação dos riscos associados à disseminação do circovírus e para a proteção da biodiversidade.

2.18. A disponibilização de equipe técnica qualificada permitirá o cumprimento dos protocolos estabelecidos, garantindo maior segurança nas atividades de captura, quarentena e monitoramento, bem como maior efetividade na resposta institucional frente à emergência sanitária.

2.19. A não realização da contratação, ou sua execução em condições inadequadas, poderá comprometer significativamente os resultados das ações de conservação, com impactos diretos sobre espécie ameaçada de extinção e sobre a capacidade de resposta do ICMBio em situações críticas.

3. **ÁREA REQUISITANTE**

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO TERRITORIAL SALVADOR	Kleber Gomes de Oliveira
COORDENAÇÃO DE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E EPIZOOTIAS	Cláudia Barbosa de Lima Sacramento

4. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. As atividades e os perfis profissionais discriminados abaixo estão diretamente relacionados à necessidade dos serviços demandados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e à forma de execução pretendida por esta Autarquia.

4.2. Por se tratar de serviços de natureza continuada, cuja interrupção poderá prejudicar as atividades da Contratante, e por sua contratação estender-se por mais de um exercício financeiro, o prazo de vigência deve ser de 1 (um) ano, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Os serviços serão executados por profissionais qualificados, conforme perfil definido, dentro da abrangência e das atividades a seguir discriminadas:

- I - Médico Veterinário – Responsável Técnico
- II - Tratador de Animais Silvestres

4.4. Os serviços deverão ser executados de forma contínua e presencial, abrangendo atividades de atendimento clínico-veterinário, manejo e bem-estar animal, controle sanitário, quarentena, alimentação, limpeza e monitoramento de recintos e áreas de soltura, além de apoio às ações de campo, coleta de amostras, diagnósticos e protocolos técnicos de conservação, conforme atribuições de cada função.

4.5. A execução ocorrerá nas dependências das unidades descentralizadas do ICMBio, especialmente nas áreas vinculadas ao processo de Emergência Ambiental, em Curaçá/BA e no Centro de Conservação e Manejo da Fauna da Caatinga – CEMAFAUNA, localizado em Petrolina/PE.

4.6. A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 10.947/2022, das normas complementares do Governo Federal, e dos protocolos técnicos de

Quadro 1

Cargo	Médico Veterinário - Responsável Técnico
Código CBO	2233-05
Descrição Sumária	<p>Realizar atividades necessárias ao ICMBio relacionadas aos assuntos da Medicina Veterinária.</p>
	<p style="text-align: center;">1. Atividades Clínicas, Cirúrgicas e Sanitárias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Executar atividades clínicas em todas as suas modalidades, incluindo atendimento, prescrição de medicamentos, definição de dietas, manejo sanitário e nutricional, e realização de cirurgias e necropsias, observando rigorosamente os protocolos de biossegurança e bem-estar animal; • Realizar exames físicos, coletas de amostras biológicas e diagnósticos clínico-laboratoriais, visando o monitoramento da saúde da fauna sob cuidado do ICMBio; • Atuar na prevenção, controle e tratamento de enfermidades que afetem a fauna cativa, reabilitada ou em reintrodução, incluindo o atendimento a emergências sanitárias; • Garantir a profilaxia dos animais, a higiene das instalações e a vigilância sanitária do ambiente; • Avaliar periodicamente a qualidade da água utilizada no abastecimento dos recintos e no consumo humano, garantindo conformidade com padrões sanitários; • Proceder e supervisionar os atos de captura e contenção de animais por meios físicos e/ou químicos (sedação, tranquilização e anestesia), garantindo segurança e bem-estar; • Emitir atestados de aptidão de animais em recuperação para soltura ou reintrodução na natureza, conforme protocolos técnicos vigentes; • Realizar necropsias ou acompanhar todos os procedimentos de necropsia de animais mortos na unidade. <p style="text-align: center;">2. Manejo, Nutrição e Bem-Estar Animal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar o manejo adequado das espécies atendidas sob responsabilidade da unidade; • Ter responsabilidade sobre a formulação e controle de qualidade de rações e dietas, bem como sobre a alimentação e suplementação dos animais; • Orientar e supervisionar a equipe, em especial aos tratadores quanto às boas práticas de manejo, alimentação, observação comportamental, limpeza e bem-estar dos animais; • Orientar a adequação, manutenção e higienização das instalações destinadas aos animais; • Desenvolver e implementar planos de contingência para situações de risco, como fuga de animais, isolamento de áreas, escoamento do público e contenção sanitária. <p style="text-align: center;">3. Apoio Técnico, Pesquisa e Extensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistir e zelar pela execução dos projetos aprovados pelo ICMBio, garantindo o cumprimento de todas as etapas; • Cooperar com atividades de pesquisa científica, extensão e educação ambiental promovidas pela unidade;

Atribuições

- Apoiar a elaboração e execução de planos de manejo, reabilitação e reintrodução de fauna silvestre;
- Participar de ações de campo, incluindo captura, contenção, transporte e resgate de animais silvestres, em conformidade com as normas técnicas e legais aplicáveis;
- Elaborar laudos, pareceres, relatórios técnicos e atestados veterinários para subsidiar as ações de gestão, fiscalização e pesquisa do ICMBio;
- Realizar perícias, identificações e avaliações de animais, visando auxiliar agentes públicos em exames técnicos, perícias judiciais e administrativas;
- Prestar assistência técnica e sanitária aos animais sob qualquer forma e executar ações de defesa sanitária animal.

4. Educação, Treinamento e Segurança

- Realizar atividades educacionais e prestar atendimento técnico ao público, quando pertinente;
- Promover treinamentos periódicos para o pessoal envolvido no manejo, enfatizando segurança, prevenção de acidentes, zoonoses e boas práticas sanitárias;
- Manter as equipes informadas sobre riscos ocupacionais, medidas de higiene e profilaxia individual;
- Acatar e fazer cumprir as normas, legislações e orientações pertinentes à sua área de atuação, em articulação com os órgãos de fiscalização competentes.

5. Atribuições Específicas do Médico Veterinário - Responsável Técnico

- Exercer a Responsabilidade Técnica (RT) perante o CRMV e o ICMBio sobre todas as atividades veterinárias e de manejo sanitário realizadas no âmbito do contrato;
- Assinar os **Atestados de Responsabilidade Técnica (ART)** e cumprir as obrigações legais e éticas inerentes à função;
- Garantir o cumprimento das normas legais, éticas, técnicas e sanitárias aplicáveis à clínica e manejo da fauna silvestre;
- Supervisionar, validar e atualizar os protocolos técnicos, planos de biossegurança e contingência sanitária, incluindo os relativos à contenção de agentes infecciosos (ex.: circovírus em psitacídeos);
- Coordenar a execução de diagnósticos clínicos e laboratoriais, prescrever tratamentos e acompanhar a evolução dos casos sob sua supervisão;
- Emitir pareceres, relatórios e comunicações oficiais para subsidiar as ações de gestão, fiscalização e pesquisa do ICMBio;
- Capacitar e orientar as equipes técnicas (veterinários, tratadores e auxiliares) quanto às boas práticas de manejo, conduta profissional e procedimentos sanitários;
- Representar tecnicamente o ICMBio, quando designado, junto aos órgãos de fiscalização sanitária, conselhos profissionais e instituições parceiras;
- Apoiar a formulação e implementação de planos emergenciais de saúde animal, inclusive no contexto de surtos, quarentenas e reintroduções;
- Executar outras atividades correlatas à função, relacionadas à execução dos processos e serviços veterinários das unidades do ICMBio.

Requisitos	Jornada de Trabalho	36 horas semanais (6h diárias, de segunda a sexta-feira e, em emergências, sábado, domingo ou feriado).
	Grau de Instrução	Curso superior em Medicina Veterinária e registro no órgão de classe.
	Exigência Legal	-
	Experiência Mínima	Experiência em clínica, cirurgia, manejo e reabilitação de fauna silvestre;
	Conhecimento	Sistema operacional Windows, navegadores de internet, correio eletrônico, editores de textos, apresentações e planilhas eletrônicas.
	Habilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação - capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade; • Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento; • Ética - capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho; • Gerenciamento do tempo - capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas; • Resolução de problemas - capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.
	Atitudes	<ul style="list-style-type: none"> • Altruísmo - capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; • Disposição - capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; • Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; • Flexibilidade - capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; • Pontualidade - capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; • Proatividade - capacidade de prever, reconhecer e assumir a responsabilidade de interferir e fazer com que as coisas importantes aconteçam; • Profissionalismo - capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; • Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.

Quadro 2

Cargo	Tratador de Animal Silvestre
Código CBO	6230-20
Descrição Sumária	Realizar atividades auxiliares, acessórias e instrumentais necessárias ao ICMBio, relacionadas ao trato de animais silvestres.

Atribuições		<ul style="list-style-type: none"> • Executar atividades de manejo, alimentação, higiene, sanidade e bem-estar dos animais sob cuidado da unidade, conforme orientação do Médico Veterinário e do Supervisor de Tratadores; • Preparar, distribuir e monitorar o fornecimento de dietas, garantindo a qualidade e adequação nutricional; • Realizar a limpeza, desinfecção e organização dos recintos, instalações e equipamentos utilizados pelos animais; • Apoiar nas rotinas de observação comportamental, identificação de alterações clínicas e registro de informações sobre os animais; • Atuar nas atividades de tratamentos curativos básicos, medidas profiláticas e apoio a procedimentos veterinários; • Participar das ações de captura, contenção, transporte, reabilitação, soltura e monitoramento de animais, seguindo os protocolos técnicos e de segurança; • Colaborar na coleta e transporte de alimentos e materiais utilizados no manejo diário; • Contribuir com o controle de estoque de rações, insumos e utensílios sob sua responsabilidade; • Participar de treinamentos e capacitações voltadas à melhoria das práticas de manejo e biossegurança; • Apoiar a elaboração de relatórios e registros operacionais relacionados às atividades de rotina; • Cumprir rigorosamente os protocolos de biossegurança, higiene e profilaxia individual; • Realizar outras atividades correlatas à função, relacionadas à execução dos serviços e rotinas das unidades do ICMBio.
Requisitos	Jornada de Trabalho	44 horas semanais (de segunda a domingo e, se necessário, feriado, adequados às necessidades e condições locais).
	Grau de Instrução	Mínimo: Ensino Médio Completo
	Exigência Legal	-
	Experiência Mínima	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência em manejo, alimentação, limpeza, observação e apoio a procedimentos veterinários com fauna silvestre, em especial aves; • Conhecimento básico em biossegurança, profilaxia e rotinas de higiene em recintos e instalações de fauna.
	Habilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação - capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência e objetividade; • Concentração - capacidade de ficar alerta, selecionar informações importantes, bloquear sinais irrelevantes e direcionar o pensamento; • Ética - capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho; • Gerenciamento do tempo - capacidade de gerenciar o próprio tempo e o dos outros considerando as atividades a serem realizadas; • Resolução de problemas - capacidade de percepção e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas.

	<p>Atitudes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Altruísmo - capacidade de abdicar de interesses pessoais em benefício de outras pessoas ou do interesse público; • Disposição - capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa e entusiasmo; • Empatia - capacidade de se imaginar no lugar de outras pessoas e de compreender seus sentimentos, desejos, ideias e ações; • Flexibilidade - capacidade de se adaptar às mudanças e rever pontos de vista, abertura para feedbacks e ideias diferentes; • Pontualidade - capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade; • Proatividade - capacidade de prever, reconhecer e assumir a responsabilidade de interferir e fazer com que as coisas importantes aconteçam; • Profissionalismo - capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter; • Equilíbrio emocional - capacidade de trabalhar sob pressão, resistência à frustração, maturidade e resiliência.
--	---

4.7. **Requisitos Legais e Administrativos**

4.7.1. A empresa a ser contratada deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como atender integralmente aos requisitos de habilitação jurídica, técnica e econômico-financeira previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.7.2. Deverá ser assegurada a dedicação exclusiva da mão de obra, garantindo que os profissionais atuem exclusivamente nas atividades contratadas junto ao ICMBio.

4.7.3. A gestão e fiscalização contratual observarão o disposto nos arts. 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021, contemplando o acompanhamento contínuo da execução, o controle de frequência e a avaliação periódica de desempenho dos profissionais alocados.

4.7.4. O contrato deverá conter cláusulas de substituição imediata de pessoal em casos de afastamento, inadequação técnica, descumprimento contratual ou outras situações que comprometam a prestação dos serviços.

4.7.5. **Composição Profissional e Natureza dos Serviços**

4.7.5.1. Os serviços contratados compreendem a prestação continuada de atividades veterinárias e de manejo de fauna silvestre, exercidas por Médico Veterinário – Responsável Técnico e Tratador de Animais Silvestres, em unidades descentralizadas do ICMBio.

4.7.5.2. As funções deverão ser desempenhadas em regime contínuo, considerando o caráter permanente das rotinas de manejo, tratamento, reabilitação e bem-estar dos animais sob cuidado da autarquia.

4.7.5.3. Os serviços de tratamento, alimentação, manejo e observação de animais silvestres enquadram-se no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) nº 6230-20 e nº 2233-05, caracterizando-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações técnicas usuais de mercado.

4.7.6. **Requisitos Profissionais e de Qualificação**

4.7.6.1. **Médico Veterinário e Médico Veterinário – Responsável Técnico**

a) Formação Mínima: Ensino superior em Medicina Veterinária, com registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV);

b) Experiência em clínica, cirurgia, manejo e reabilitação de fauna silvestre;

c) No caso do Responsável Técnico, além do itens acima, deve ter experiência em supervisão técnica, elaboração de pareceres, coordenação de protocolos de biossegurança e responsabilidade técnica perante o CRMV;

d) Conhecimento da legislação ambiental e sanitária vigente, especialmente no que se refere ao bem-estar e à proteção da fauna silvestre.

4.7.6.2. **Tratador de Animais Silvestres**

a) Formação Mínima: Ensino Médio completo;

b) Experiência em manejo, alimentação, limpeza, observação e apoio a procedimentos veterinários com fauna silvestre, em especial aves;

c) Conhecimento básico em biossegurança, profilaxia e rotinas de higiene em recintos e instalações de fauna.

4.7.6.3. A escolaridade e a experiência deverão ser comprovadas mediante documentos formais (diplomas, certificados, registros em CTPS, contratos, declarações ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado).

4.7.7. Condições de Trabalho e Obrigações da Contratada

4.7.7.1. A contratada deverá assegurar que todos os profissionais sejam empregados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), observando os acordos ou convenções coletivas de trabalho vigentes aplicáveis às respectivas categorias profissionais.

4.7.7.2. Os empregados deverão apresentar-se uniformizados e devidamente identificados, fazendo uso obrigatório dos EPI's exigidos para a execução das atividades.

4.7.7.3. Os serviços incluirão o fornecimento de todos os insumos, materiais, utensílios, uniformes, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) necessários à execução segura e eficiente dos serviços, e deverão ser executados nas dependências das unidades vinculadas ao ICMBio, conforme endereços e especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos.

4.7.7.4. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação sanitária, ambiental e de segurança no trabalho, sendo a única responsável por eventuais multas, interpelações, danos ou acidentes decorrentes da execução dos serviços.

4.7.7.5. Deverá ainda manter seguros obrigatórios, quando exigidos por lei, e conduzir suas atividades de modo a prevenir riscos à saúde dos trabalhadores, dos animais e ao meio ambiente.

4.7.7.6. A contratada responderá pelo fiel cumprimento de todas as disposições legais e contratuais relativas à legislação social e trabalhista, especialmente quanto ao pagamento de salários, encargos sociais, tributos, taxas, contribuições previdenciárias, indenizações, vale-transporte, auxílio-alimentação, cesta básica e demais benefícios previstos em lei ou convenção coletiva.

4.7.8. Disposições Gerais

4.7.8.1. Esta contratação visa padronizar e uniformizar os serviços de apoio técnico e operacional prestados às unidades descentralizadas do ICMBio, assegurando a conformidade técnica, legal e sanitária das atividades relacionadas ao manejo, reabilitação e bem-estar da fauna silvestre.

4.7.8.2. As atividades descritas são de natureza comum e continuada, não substituindo as atribuições de servidores efetivos da Administração, mas complementando e apoiando as ações de maior complexidade e responsabilidade técnica desempenhadas pelo corpo funcional do ICMBio.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A Administração compôs a cesta de preços a partir do preenchimento da planilha de custos, de acordo com o método estabelecido pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021:

Instrução Normativa nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por

meio de ofício ou e-mail,

desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente."

[...]

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados."

5.2. Salário dos trabalhadores - Médico Veterinário:

5.2.1. Considerando a necessidade de estimar e fundamentar os custos de mão de obra especializada envolvidos na presente contratação, a equipe técnica responsável pela instrução do processo realizou pesquisa de mercado, com base em contratações públicas similares, consulta a painéis oficiais de preços governamentais e análise dos instrumentos normativos aplicáveis à categoria profissional envolvida, de modo a assegurar a adequada formação do preço estimado.

• Curaçá/Bahia

5.2.2. Para a categoria dos médicos veterinários no estado da Bahia, verificou-se que o instrumento normativo mais recente, vigente e formalmente registrado é a CCT BA000006/2026, firmada entre a FECOMÉRCIO/BA e o SINDIMEV-BA, com registro no Ministério do Trabalho e Emprego, a qual estabelece piso salarial e benefícios específicos para a categoria.

5.2.3. Dessa forma, a Administração Pública utiliza o referido instrumento como referência técnica e econômica para a análise da estrutura remuneratória da categoria, considerando sua aderência às atividades objeto da contratação, que compreendem serviços veterinários clínicos,

sanitários, epidemiológicos e de manejo animal, correlatos às ações a serem executadas no âmbito das unidades descentralizadas do ICMBio. Tal procedimento observa os princípios da legalidade, da motivação, da razoabilidade, da economicidade e da transparência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2.4. Adicionalmente, a Administração, com fundamento em juízo técnico devidamente motivado, adotou como referência o piso salarial estabelecido na CCT BA000006/2026, por considerá-lo compatível com as atribuições, o nível de qualificação exigido e a complexidade das atividades a serem desempenhadas no âmbito desta contratação.

5.2.5. Nesse contexto, fica estabelecido, para fins de composição obrigatória da planilha de custos e formação de preços, o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) como salário base mensal mínimo para o profissional Médico Veterinário, em consonância com o piso definido no referido instrumento coletivo e com os dados obtidos na pesquisa de mercado.

5.2.6. O referido valor deverá ser obrigatoriamente observado pelas licitantes na elaboração de suas propostas, não sendo admitida a apresentação de salários inferiores, sob pena de desclassificação por inexecutabilidade, sem prejuízo da responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento integral das obrigações trabalhistas.

5.2.7. Nesse contexto, a fixação do referido parâmetro constitui medida técnica idônea, apta a mitigar riscos de subdimensionamento dos custos de mão de obra, prevenir a apresentação de propostas inexequíveis e conferir maior consistência, rastreabilidade e transparência à metodologia de formação do preço estimado.

5.2.8. Diante do exposto, conclui-se que a definição do salário base mínimo de R\$ 7.500,00 na planilha de custos:

- I - é tecnicamente justificada e juridicamente sustentável;
- II - possui caráter vinculante quanto ao piso remuneratório mínimo a ser observado pelas licitantes; e
- III - contribui para a fidedignidade, transparência e coerência do orçamento estimado pela Administração.

- Petrolina/Pernambuco

5.2.9. No que se refere ao estado de Pernambuco, considerando a inexistência de instrumento coletivo específico vigente e registrado para a categoria de médicos veterinários, admite-se a utilização da CCT do estado da Bahia como referência técnica exclusivamente para definição do piso salarial, mantendo-se o valor de R\$ 7.500,00 como salário base mínimo obrigatório, com fundamento na proximidade geográfica, na similaridade das condições de mercado e na necessidade de evitar lacunas na composição dos custos.

5.2.9.1. Ressalta-se que a fixação do salário base mínimo não implica obrigatoriedade de adoção da CCT BA000006/2026 como instrumento normativo vinculante, sendo esta utilizada apenas como referência técnica para definição do piso remuneratório. Assim, permanece sob responsabilidade das licitantes a definição dos demais componentes da remuneração, em conformidade com os instrumentos normativos efetivamente aplicáveis à categoria e à base territorial da execução contratual.

5.2.9.2. Nesse contexto, os benefícios trabalhistas — tais como auxílio-alimentação, vale-transporte, adicionais e demais vantagens — bem como os encargos sociais e tributos incidentes, deverão observar o disposto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou legislação vigente aplicável à localidade da prestação dos serviços. Na ausência de instrumento coletivo específico, admite-se a adoção de parâmetros compatíveis com a realidade local, desde que devidamente justificados na composição da proposta.

5.2.9.3. Tal diretriz visa assegurar a adequação da proposta às condições reais de mercado, a observância da legislação trabalhista e a manutenção da exequibilidade contratual, sem impor vinculação indevida a instrumento coletivo específico.

5.2.10. A Administração estabeleceu, para fins de composição da planilha de custos, o quantitativo de 21 (vinte e um) dias úteis mensais para o cálculo do vale-alimentação, com base na metodologia consolidada pelo Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão nº 1.904/2007-Plenário, que considera a média anual de dias úteis.

5.2.11. Ressalta-se que a contratada deverá observar as especificidades relacionadas ao deslocamento dos empregados e aos locais de execução dos serviços, promovendo os ajustes necessários ao correto pagamento dos benefícios, em conformidade com a legislação vigente e com as práticas locais.

5.2.12. Caso haja disposição diversa em instrumento coletivo, sentença normativa ou legislação aplicável à categoria na base territorial da execução contratual, deverá prevalecer o respectivo regramento.

5.2.13. Por fim, eventuais descontos legais decorrentes de faltas, atrasos ou outras ocorrências devidamente previstas na legislação trabalhista deverão ser refletidos na execução contratual, podendo ensejar a correspondente glosa no faturamento mensal, quando aplicável.

5.2.14. Adicionalmente, eventuais alterações normativas, superveniência de novos instrumentos coletivos ou mudanças no cenário regulatório após a publicação do edital poderão ensejar a revisão dos valores contratuais, desde que devidamente comprovadas, observados os requisitos legais e contratuais pertinentes, especialmente no que se refere à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

5.2.15. Por fim, quanto à função de Responsável Técnico (RT), haverá previsão de acréscimo remuneratório, para ambos os territórios, de 1,2 salários mínimo, conforme normativos dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária ou instrumento coletivo aplicável, devendo os respectivos custos ser devidamente demonstrados e justificados na planilha de formação de preços apresentada pela licitante.

5.3. Salário dos trabalhadores - Tratador de Animais Silvestres (BAHIA e PERNAMBUCO):

5.3.1. O piso salarial dos profissionais da ocupação de Tratador de Animais Silvestres foi estimado com base em parâmetros de mercado e em instrumentos coletivos aplicáveis a contratos de terceirização, especialmente aqueles adotados em contratações públicas envolvendo atividades correlatas, como asseio, conservação e manejo ambiental.

5.3.2. Considerando a inexistência de convenção coletiva de trabalho específica para a referida ocupação nos territórios abrangidos pela contratação, adotou-se, como referência técnica, o valor de R\$ 2.296,20 (dois mil duzentos e noventa e seis reais e vinte centavos) mensais, obtido a partir de média ponderada entre dados de mercado, convenções coletivas de abrangência similar e precedentes de contratações públicas federais, a exemplo de editais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, conforme documentação acostada aos autos. Para fins de estimativa, foi considerada jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

5.3.3. Registra-se que a base remuneratória do cargo de Tratador de Animais Silvestres não se confunde com a de Tratador de Animais genérico, uma vez que envolve atribuições especializadas, maior grau de risco sanitário, manejo de fauna silvestre nativa ameaçada e necessidade de capacitação técnica específica, o que justifica sua diferenciação remuneratória frente às CCTs de categorias mais amplas.

5.3.4. Para a composição dos demais benefícios trabalhistas (tais como auxílio-alimentação, adicional de insalubridade, entre outros), a Administração adota como referência os instrumentos coletivos CCT BA000817/2024 e seu Termo Aditivo BA000145/2025, ambos do estado da Bahia, bem como a CCT PE000056/2026, aplicável ao estado de Pernambuco, além das disposições do Anexo XIV da NR-15.

5.3.5. Tais normativos disciplinam os direitos aplicáveis à categoria de Tratador de Animais e ocupações correlatas, sendo utilizados como parâmetros técnicos para a adequada estimativa dos custos, em conformidade com o art. 611-A da CLT e com os princípios da observância aos instrumentos coletivos vigentes.

5.3.6. Para fins de estimativa de custos, adotou-se o adicional de insalubridade em grau médio (20%), considerando a natureza das atividades envolvidas, que incluem manejo de fauna silvestre, contato com agentes biológicos e atuação em ambiente de quarentena sanitária. Ressalta-se que o percentual efetivo a ser aplicado deverá ser definido com base em laudo técnico de insalubridade, podendo haver adequação para grau máximo (40%), caso assim seja tecnicamente caracterizado, sem prejuízo do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

- Vale-alimentação e transporte

5.3.6.1. Os valores discriminados na planilha de custos e formação de preços, tais como auxílio alimentação, auxílio transporte e tributos, deverão seguir o que foi estabelecido em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho, sentença normativa ou lei, considerando, inclusive, a base territorial da prestação dos serviços contratados.

5.3.6.2. Importante ressaltar que a empresa contratada deve observar as especificações e particularidades de transporte dos funcionários, bem como seus locais de trabalho para que os

respectivos pagamentos sejam realizados conforme necessidade específica da demanda e em observância das normas legais e valores locais praticados.

5.3.6.3. A Administração estabeleceu, para fins de composição da planilha de custos, o quantitativo de 21 (vinte e um) dias úteis mensais para o cálculo do vale-alimentação, com base na metodologia consolidada pelo Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão nº 1.904/2007-Plenário, que considera a média anual de dias úteis.

5.3.6.4. **Caso haja incompatibilidade e/ou determinação diversa, deve-se priorizar o quanto estabelecido em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, sentença normativa ou lei da respectiva base territorial da prestação dos serviços**

5.3.6.5. Em caso de a CONTRATADA realizar os descontos permitidos na legislação em vigor, como impedimentos e faltas, por exemplo, o valor será glosado de seu faturamento mensal.

5.4. **Diárias e Deslocamento a serviço**

5.4.1. A Administração estimou e estabeleceu os valores da diária na forma do Decreto nº 11.872, de 29 de dezembro de 2023, no valor unitário de R\$ 335,00 (trezentos e trinta e cinco reais). As quantidades previstas no instrumento convocatório são meramente estimativas; o total dispendido a título de diárias deverá ser faturado em nota fiscal à parte daquela que se referir aos serviços mensais ordinários.

5.4.2. A PFE, em Parecer nº 00342/2022 (SEI's nº 11789688 e 12288740), estabeleceu que os valores estimados das diárias e do adicional de deslocamento, quando houver, serão aquelas definidas conforme Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho. Dessa forma, os valores estimados em Planilha de Custos levou em consideração o quanto estabelecido nas CCT's utilizadas para estimar esta contratação.

5.4.3. A Administração observará, durante a execução do contrato, as regras estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar quanto à execução de diárias e deslocamento a serviço, descritas na DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

5.5. **Reposição do profissional ausente**

5.5.1. Os custos de reposição do profissional ausente são custos não renováveis, considerando que, quando a Administração prorroga o contrato, após 12 (doze) meses de vigência, estes deverão ser eliminados da planilha de custos e formação de preços, uma vez que já estarão pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, conforme se depreende do subitem 1.2 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5/2017. Esses custos integrariam novamente a planilha de custos e formação de preços somente quando a CONTRATADA os utilizaria com as despesas de reposição do profissional ausente. De modo comum, existem 2 (dois) meios de custear esses valores:

5.5.1.1. Primeiro: havendo o provisionamento de custos de reposição do profissional ausente na planilha de custos e formação de preços, a CONTRATADA deverá providenciar a respectiva cobertura do posto de trabalho, quando da ausência do profissional efetivo, como, por exemplo, férias, afastamentos e ausências legais, entretanto, não deverá faturar o valor do posto de trabalho relativo ao período em que houve cobertura por um profissional transitório, já que a Administração custeou mensalmente esse valor no ano anterior da contratação.

5.5.1.2. Segundo: não havendo o provisionamento de custos de reposição do profissional ausente na planilha de custos e formação de preços, a CONTRATADA deverá providenciar a respectiva cobertura do posto de trabalho, quando da ausência do profissional efetivo, como, por exemplo, férias, afastamentos e ausências legais, entretanto, deverá faturar o valor do posto de trabalho relativo ao período em que houve cobertura por um profissional transitório, já que a Administração não custeou mensalmente esse valor no ano anterior da contratação.

5.5.2. Considerando que nem todos os postos de trabalho serão cobertos, uma vez que a tendência natural é ficarem ociosos durante esses dias de ausência do trabalhador efetivo; que é demasiadamente trabalhoso a Administração analisar se cada posto de trabalho será coberto e se esses custos não renováveis serão utilizados integralmente pela CONTRATADA; que a fiscalização e gestão da contratação e a repactuação de seus respectivos valores serão analisados e concedidos breve e acertadamente; a Administração decidiu não provisionar os custos de reposição do profissional ausente na planilha de custos e formação de preços, exceto do substituto na cobertura de afastamento maternidade, e realizar o pagamento do valor integral do posto de trabalho correspondente ao período de cobertura transitória do posto de trabalho, quando estiver ausente o profissional efetivo, considerando ser obrigação da CONTRATADA manter a continuidade na execução dos serviços.

5.6. **Planilha de Custos**

5.6.1. A Administração detalhou os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços a partir do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, conforme estabelece a IN SEGES/MPDG Nº 05/2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022:

São diretrizes específicas a cada elemento do Termo de Referência ou Projeto Básico: (...)

Estimativa de preços e preços referenciais:

a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

b) **No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. **por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços**, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

5.6.2. A Administração estimou os benefícios mensais de acordo com pesquisas em sites, convenções coletivas de trabalho e a lei da respectiva base territorial; e para os custos indiretos, lucros e tributos variáveis, de acordo com os valores médios praticados no mercado.

5.6.3. As licitantes deverão apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços nos moldes estabelecidos no Termo de Referência, as quais deverão conter os componentes de custos e despesas incidentes na prestação dos serviços e que tenham impacto financeiro para o Contratante, tais como: remuneração, encargos sociais, encargos tributários, despesas operacionais, administrativas, lucro, benefícios diretos e indiretos, a exemplo do auxílio alimentação ou refeição (cabendo aos prestadores de serviços a opção por um ou por outro), vale transporte e outros.

5.6.4. Para a definição e composição dos módulos referentes aos benefícios mensais, foram rubricados segundo o estabelecido em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, sentença normativa ou lei da respectiva base territorial da prestação dos serviços; já para as rubricas dos módulos referentes aos custos indiretos, lucros e tributos variáveis, foram utilizados valores médios praticados em planilhas de custos de outros contratos da Administração Pública.

5.6.5. No intuito de garantir tratamento isonômico entre os licitantes, o ICMBio informa que utilizou, no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, para apuração dos valores estimados da contratação e composição dos custos, as orientações e informações referentes às seguintes Convenções Coletivas de Trabalho: BA000006/2026, BA000817/2024 e seu Termo Aditivo BA000145/2025, bem como a CCT PE000056/2026.

5.6.6. Para os postos da presente contratação, foram somados aos valores máximos aceitáveis os custos com os equipamentos e materiais de proteção individuais que as atividades a serem desempenhadas requerem. Para estimar o custo mensal dos materiais e equipamentos, o preenchimento das planilhas de custos e formação de preços considerou pesquisa de mercado de cada item, realizada por meio do Sistema do Banco de Preço (<https://www.bancodeprecos.com.br>).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. O objeto será a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo as funções de Médico Veterinário - Responsável Técnico e Tratador de Animais Silvestres, a serem executados nas dependências das unidades descentralizadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

6.2. Os serviços serão executados nas localidades descritas abaixo:

a) Bahia - BAV do NGI Curaçá: Avenida Doutor Pedro Santos Torres, SN, Centro, Curaçá, Bahia, CEP 48.930-000 (referência: atrás do Banco do Brasil); e

b) Pernambuco : Rodovia BR 407, km 12, Lote 543, Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, C1, Petrolina, PE, CEP 56300-000 (referência: campus de Ciências Agrárias da UNIVASF).

6.3. Os serviços serão executados durante o horário de funcionamento do ICMBio, das 7h às 19h, em dias úteis, intercalando-se o intervalo de refeição e descanso de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas. Em eventuais emergências ou situações excepcionais, nos termos do art. 1º do Decreto n.º 1.590, de 10 de agosto de 1995, haverá a necessidade de prestação de serviços Médico Veterinário durante sábados, domingos ou feriados.

6.3.1. A jornada de trabalho será de 8 horas diárias ou 44 horas semanais, exceto do Médico Veterinário, que será de 6 horas diárias ou 36 horas semanais, uma vez que não há demonstração de vantagens funcionais em estabelecer outra jornada de trabalho.

6.3.2. A CONTRATANTE poderá alterar os dias e horários estabelecidos no presente Estudo Técnico Preliminar, desde que a CONTRATADA seja comunicada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam adotadas as devidas providências, devendo estar preparada para atendimento em situações consideradas emergenciais e provisórias.

6.3.3. Para todas as categorias profissionais haverá possibilidade de prestação dos serviços em finais de semana e feriados, a critério da CONTRATANTE.

6.4. É vedada a todos os trabalhadores a prática de hora extra, permitida a compensação da jornada de trabalho conforme previsto em convenção coletiva de trabalho.

6.5. Cada contrato de serviço continuado com mão de obra exclusiva sofrerá, anualmente, em seu valor contratado, o reequilíbrio econômico-financeiro, ou repactuação *stricto sensu*, em conformidade com o percentual de ajuste dado em acordo, convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei da respectiva categoria profissional, considerando, inclusive, a localidade da prestação dos serviços contratados.

6.6. A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE sobre o calendário de férias dos empregados com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

6.7. A contagem dos prazos para início da execução dos serviços se dará a partir da data de assinatura do contrato ou da ordem de serviço, conforme o caso.

6.8. A CONTRATANTE promoverá no faturamento mensal da CONTRATADA a glosa relativa a ausência de cobertura do posto de trabalho, dividindo-se o valor mensal do posto de trabalho pelos dias úteis do respectivo mês, multiplicando-se esse resultado pela soma dos dias úteis da ausência de cobertura, mantendo integralmente os custos de insumos diversos da planilha de custos, quando houver, desde que tenham sido entregues pela CONTRATADA no respectivo mês.

6.9. São deveres e disciplinas dos empregados:

6.9.1. cumprir todas as normas disciplinadoras durante a jornada de trabalho e determinações legais emanadas da Contratante;

6.9.2. assumir diariamente o posto de trabalho, devendo comparecer 10 (dez) minutos antes no local de trabalho, portando crachá de identificação com fotografia recente;

6.9.3. manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar dos seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

6.9.4. deixar o posto de trabalho, somente após o encerramento de seu serviço, salvo em situações de absoluta necessidade;

6.9.5. comunicar, com antecedência, ao preposto da Contratada a necessidade de faltar ao serviço, por motivo de saúde ou força maior;

6.9.6. acatar as orientações do preposto da Contratada;

6.9.7. tratar todos os servidores, colaboradores da Contratante, colegas de trabalho e o público em geral com educação, urbanidade, presteza e atenção;

6.9.8. comunicar imediatamente aos fiscais do contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, e que possa vir a representar risco à segurança do ICMBio, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

6.9.9. não contatar verbal ou por escrito qualquer autoridade ou servidores da Contratante para tratar de assuntos atinentes ao Contrato, o que deve ser feito direta e exclusivamente ao preposto da Contratada;

6.9.10. não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas, servidores ou prestadores de serviços;

6.9.11. desenvolver todas as atividades inerentes a sua área de responsabilidade, de acordo com as necessidades do serviço;

6.9.12. abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos no Termo de Referência, durante o período em que estiver prestando os serviços;

6.9.13. guardar sigilo das informações relacionadas ao serviço; e

6.9.14. atender, de pronto imediato, as determinações emanadas da Contratante.

6.10. Em caso de necessidade de substituição do material, devido a condições de uso ou

qualidade insatisfatórias, a Contratada deverá apresentar outros novos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação da Contratante.

6.11. Alocação dos trabalhadores

6.11.1. A CONTRATADA deve alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, atendendo à legislação e às recomendações de boa técnica.

6.11.2. A CONTRATANTE poderá devolver à CONTRATADA o empregado que deixar de atender as suas necessidades.

6.11.3. Se a CONTRATADA decidir, por quaisquer motivos, retirar do posto de trabalho o empregado não devolvido pelo ICMBio, deverá comunicar à CONTRATANTE com antecedência de 30 (trinta) dias, evitando a descontinuidade do serviço.

6.12. Diárias e Deslocamento a serviço

6.12.1. A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA que o empregado realize deslocamento a serviço do ICMBio, para outro ponto do território nacional, desde que haja justificativa da necessidade e autorização do ordenador de despesas, mediante pagamento, pela CONTRATADA, de diárias.

6.12.2. As diárias serão pagas aos trabalhadores e o ressarcimento devido, apenas quando houver comprovação de autorização prévia do deslocamento em questão, mediante apresentação de documento de permissão da Gestora do contrato, conforme Art.6º, inciso VII da [Portaria ICMBio n.º 2.384 de 09 de agosto de 2023](#).

6.12.3. A permissão deve ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, salvo situações emergenciais.

6.12.3.1. Em casos emergenciais, quando houver necessidade de viagem, a Administração comunicará a Contratada, com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro) horas.

6.12.4. No documento que concede a permissão de deslocamento deverão ser especificados: o trecho, destino, o período, o motivo da viagem, a quantidade de hospedagens e refeições necessárias e os respectivos valores para cada deslocamento.

6.12.5. É vedada a alteração de colaborador, quantidades, períodos ou destino constante na permissão, sem aval do(a) Gestor(a) do Contrato, salvo situações emergenciais e com apresentação de devida justificativa.

6.12.6. Após receber autorização para pagamento das diárias, a contratada deverá enviar comprovante de depósito em conta bancária do(s) trabalhador(es) correspondente(s) e solicitar o devido reembolso via e-mail.

6.12.7. A Contratada deverá efetuar o pagamento do valor constante na Permissão de deslocamento diretamente aos colaboradores terceirizados autorizados a se deslocarem de seu posto de serviço, para fazer face às despesas com hospedagem e alimentação, previamente ao início da viagem.

6.12.8. As diárias serão concedidas por dia de afastamento, destinando-se a indenizar o empregado por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

6.12.9. A CONTRATADA deverá descontar do valor das diárias o custo do vale-alimentação recebido pelo empregado durante os dias úteis correspondentes aos da viagem, ainda que este tenha direito apenas à metade do valor da diária para fins de alimentação.

6.12.10. A CONTRATANTE observará, na solicitação de deslocamento do empregado, se há valor específico de diária disposto em convenção coletiva de trabalho e, não havendo, demandará com o valor disposto no Decreto nº 11.872, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional.

6.12.11. O empregado fará jus à metade do valor da diária nos seguintes casos:

- a) quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;
- b) no dia do retorno à localidade onde tem exercício;
- c) quando parceiro do ICMBio custear, por meio diverso, as despesas de pousada;
- d) quando ficar hospedado em imóvel pertencente ao ICMBio.

6.12.12. A CONTRATADA prestará contas do deslocamento à CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do seu término, apresentando cópia dos comprovantes de pagamento das diárias.

6.12.13. A CONTRATADA providenciará o faturamento das despesas com diárias, mediante ressarcimento da CONTRATANTE, observando o caráter indenizatório das diárias.

6.12.14. A CONTRATANTE ressarcirá à CONTRATADA somente com os valores das despesas de diárias.

6.12.15. Os valores das diárias e do adicional de deslocamentos estabelecidos no contrato serão reajustados na forma prevista em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou, na falta dela, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), observadas as condições previstas no contrato.

6.12.16. A CONTRATANTE poderá solicitar diárias em quantidades e valores diferentes dos estabelecidos neste ETP, desde que não ultrapasse o valor total estimado durante a vigência anual do contrato.

6.12.17. Para fins de preenchimento da planilha de formação de preços, deve-se manter fixos os seguintes valores estimados e enviadas pelas respectivas unidades:

a) Diárias Médico Veterinário - Bahia: Quantidade de 130 (cento e trinta) diárias anuais.

b) Diárias Tratador de Animais Silvestres - Bahia: Quantidade de 130 (cento e trinta) diárias anuais.

c) Diárias Médico Veterinário - Pernambuco: Quantidade de 130 (cento e trinta) diárias anuais.

d) Diárias Tratador de Animais Silvestres - Pernambuco: Quantidade de 130 (cento e trinta) diárias anuais.

Total: 520 (quinhentos e vinte) diárias.

6.13. **Periodicidade e metodologia dos Tratadores de Animais Silvestres:**

6.13.1. Diariamente, quando não houver outra frequência definida, executar atividades relativas a higiene, alimentação, sanidade, reprodução e manejo dos animais em cativeiro. Ainda, atuar nas tarefas de tratamentos curativos, medidas profiláticas, acompanhamento do desenvolvimento dos animais, orientação do espaço em função do comportamento e hábitos, translocação, monitoramento dos animais reintroduzidos, atendimento a encalhes, vigilância, limpeza, desinfecção, arrumação das instalações, bem como coleta e transporte de alimentos, preparo e fornecimento de dietas aos animais em cativeiro entre outras atividades correlatas.

6.13.2. Os serviços serão executados em postos de serviço diurno de 44 horas semanais, com escala a ser definida pelo setor responsável que permita a formação de equipes com horários que promovam a eficiência de suas funções e atendam, por completo, às necessidade demandadas do Centro.

6.13.3. Ademais, fica garantido que todos deverão ter ao menos um domingo de folga por mês, conforme CLT.

6.13.4. A quantidade prevista no instrumento convocatório é meramente estimativa; o total dispendido a título de diárias deverá ser faturado em nota fiscal à parte daquela que se referir aos serviços mensais ordinários.

7. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1. As quantidades foram estimadas de acordo com a demanda necessária e vigente da Administração, conforme tabela abaixo:

Categoria Profissional	Quantidade de Postos
BAHIA	
Médico Veterinário - RT	1
Tratador de Animais Silvestres	2
Diária	260
Total de Postos - BA	3

PERNAMBUCO	
Médico Veterinário - RT	1
Tratador de Animais Silvestres	2
Diária	260
Total de Postos - PE	3
TOTAL DE POSTOS DE SERVIÇOS:	6
TOTAL DE DIÁRIAS	260

7.2. A demanda do ICMBio tem como base as necessidades de recursos humanos no desempenho contínuo de atividades administrativas acessórias, instrumentais ou complementares de Assistente Administrativo I e II, Médico Veterinário e Motorista, a serem executados nas dependências das unidades descentralizadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da contratação é de **R \$ 1.114.952,00 (um milhão, cento e quatorze mil novecentos e cinquenta e dois reais)**, conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Categoria Profissional	Quantidade	Remuneração	Valor Unitário Máximo Aceitável Posto	Valor Mensal Máximo Aceitável	Máximo Anual Aceitável (por funcionário)	Valor Total Máximo Aceitável (total postos)
CURAÇA - BAHIA								
G1	1	Médico Veterinário - Responsável Técnico	1	R\$ 9.769,40	R\$ 24.386,62	R\$ 24.386,62	R\$ 292.639,44	R\$ 292.639,44
	2	Tratadores de Animais Silvestres Diurno	2	R\$ 2.620,40	R\$ 7.605,27	R\$ 15.210,54	R\$ 91.263,24	R\$ 182.526,48
	3	Diárias	260	R\$ 335,00		R\$ 87.100,00		R\$ 87.100,00
PETROLINA - PERNAMBUCO								
G2	4	Médico Veterinário - Responsável Técnico	1	R\$ 9.769,40	R\$ 24.386,62	R\$ 24.386,62	R\$ 292.639,44	R\$ 292.639,44
	5	Tratadores de Animais Silvestres Diurno	2	R\$ 2.620,40	R\$ 7.206,11	R\$ 14.412,22	R\$ 86.473,32	R\$ 172.946,64
	6	Diárias	260	R\$ 335,00		R\$ 87.100,00		R\$ 87.100,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO								R\$ 1.114.952,00

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. A Administração considerou os seguintes pressupostos para o parcelamento da contratação:

9.1.1. competitividade: parcelar a contratação em grupos que possibilite um maior alcance de interessados;

9.1.2. eficiência administrativa: evitar a segmentação de contratos com natureza similar, permitindo a concentração das atividades de fiscalização em um único contrato, uma vez que simplifica a gestão e permite um melhor monitoramento dos resultados e cumprimento das obrigações contratuais, proporcionando uma economia processual significativa;

9.1.3. Haverá parcelamento da solução a ser contratada, considerando, em suma, o tipo do serviço e a respectiva região brasileira em que o serviço será executado, que se dará da seguinte maneira:

9.1.4. Cada serviço (Médico Veterinário – Responsável Técnico e Tratador de Animais Silvestres) será um item distinto na licitação;

9.1.5. Os itens comporão três grupos distintos na licitação, conforme as atividades a serem executadas:

a) Grupo 1: Bahia - Médico Veterinário – Responsável Técnico (1), Tratador de Animais Silvestres (2);

b) Grupo 2: Pernambuco - Médico Veterinário – Responsável Técnico (1), Tratador de Animais Silvestres (2).

9.1.5.1. Quando for o caso, cada grupo de itens haverá um item distinto com previsão de despesas de diárias, a serem utilizadas durante cada período de vigência contratual, independentemente do cargo que integre o respectivo grupo.

9.1.6. As empresas licitantes irão concorrer em 2 (dois) grupos de itens distintos.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INDEPENDENTES

10.1. Os Processos SEI nº 02121.002544/2024-41 referem-se às contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, Contratação nº 443033-35/2026, sendo considerada de média prioridade para as atividades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

11.2. O processo de planejamento da contratação (e os documentos pertinentes) é ostensivo e aberto ao público de acordo com o estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação proposta objetiva a realização de atividades administrativas acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos da área de competência legal da Contratante, consoante o disposto no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, para que esta atinja as metas e objetivos estratégicos em suas ações finalísticas, bem como melhor o desempenho das atividades diárias, constituindo-se em uma alternativa indispensável para a melhoria da gestão administrativa.

12.2. A contratação indireta objetiva permitir ao ICMBio continuar sua atuação dinâmica, na medida em que possibilitará que seus servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais, no que diz respeito às atividades de planejamento, coordenação, fiscalização e controle, sem terem que se ocupar com a realização de atividades secundárias, dispondo-os de maior capacidade de resposta às demandas ambientais da sociedade brasileira, nos termos do art. 1º da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Não serão necessárias atividades de adequação do ambiente da Contratante pois todas as instalações estão devidamente preparadas para que o serviço seja executado.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Não haverá impactos ambientais no ICMBio decorrentes da contratação que sejam necessários ser pormenorizados no presente ETP.

14.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União disponibilizado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/>.

14.3. A CONTRATADA deverá seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo, com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpelações das autoridades competentes.

14.4. A CONTRATADA deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

14.5. A CONTRATADA deverá adotar, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais no desempenho de suas atividades, a otimização dos recursos materiais, a redução de desperdícios e o consumo consciente de água e energia a instrução dos profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, em especial aos recipientes adequados para coleta seletiva, disponibilizados nas dependências da Administração.

14.6. A empresa licitante deverá apresentar a Declaração de Sustentabilidade Ambiental, que deverá estar anexo à proposta de preços, sob pena de recusa desta, com vistas à efetiva aplicação dos critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação da Administração Pública.

15. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

15.1. A equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. **JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

16.1. Trata-se de serviço comum e disponível em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si.

17. **RESPONSÁVEIS**

KLEBER GOMES DE OLIVEIRA

Coordenador Territorial Salvador/BA

CLÁUDIA BARBOSA DE LIMA SACRAMENTO

Coordenadora COECE

JÚLIA BARBOSA SILVA

Analista Ambiental

18. **APROVAÇÃO**

18.1. De acordo, **aprovo** na totalidade este Estudo Técnico Preliminar elabora pela Equipe de Planejamento.

PAULO ROBERTO DE ARAÚJO

Coordenador-Geral de Gestão Administrativa

19. **ANEXOS**

- 19.1. Anexo I - Pesquisa de Preço e CCT's;
- 19.2. Anexo II - Planilha quantitativa de Materiais, Uniformes e Equipamentos;
- 19.3. Anexo III - Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 19.4. Anexo IV - Matriz de Gerenciamento de Risco; e
- 19.5. Anexo V - Minuta de Mapa de Risco.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Barbosa de Lima Sacramento, Coordenador(a)**, em 28/04/2026, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Júlia Barbosa Silva, Analista Ambiental**, em 28/04/2026, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kleber Gomes de Oliveira, Coordenador Territorial**, em 29/04/2026, às 08:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto de Araújo, Coordenador(a) Geral**, em 29/04/2026, às 10:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **023293908** e o código CRC **4274419B**.